

JA



JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano XIII N° 313 – Rio de Janeiro, 01 a 15 de abril de 2016

RESPEITO SOBRE TRILHOS

Lei do vagão feminino é atualizada:
multa para quem desrespeitar a regra;
punição será regulamentada pelo Executivo

PÁGINAS 3, 4 e 5

Plataforma P2



Saída
Direção

Uruguai



Saída
Direção

Pavuna

Acessibilidade: autoescolas
são obrigadas a ter
tradutores de libras

PÁGINAS 6 E 7

Gastronomia: lei incentiva
uso de food trucks em feiras
de todo o estado do Rio

PÁGINAS 8 E 9

História: verdadeiro museu
vivo, Palácio Tiradentes
completa 90 anos

PÁGINA 10

Frases

Foto: Rafael Wallace



A sociedade precisa de uma resposta, para que casos como a explosão no prédio na Fazenda Botafogo não aconteçam novamente aqui no Estado do Rio."

Tiago Mohamed (PMDB), em pronunciamento sobre o acidente que matou cinco pessoas e feriu pelo menos 28 no conjunto Fazenda Botafogo, em Coelho Neto.

Foto: Lucas Moritz

É hora de se colocar à mesa e de se abrir o jogo, para que cada um possa dar a sua contribuição efetiva para sairmos dessa crise, que não interessa a ninguém."

Janio Mendes (PDT), em pronunciamento sobre a crise econômica que o estado atravessa.



Redes Sociais



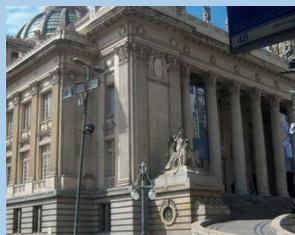
f /assembleiaRJ
@alerj

No Complexo do Alemão, encontrei jovens fazendo um grafite impressionante e conversamos muito. #arteurbana

Dep. Carlos Osório
@OsorioRJ
Twitter

Todo apoio aos estudantes e às ocupações nas escolas do estado!

Dep. Flavio Serafini
@flaviopsolrj
Twitter



Carla Cruz
@carlacruz
Instagram

*As mensagens postadas nas redes sociais são publicadas sem edição de conteúdo.

Alerj sustentável



Foto: Cecília Bastos

Educação financeira

Em busca de ferramentas para ajudar os servidores a lidar com a mudança no calendário de pagamentos e reavaliar a sua relação com o dinheiro, a comissão da Agenda Ambiental Administração Pública (A3P) na Alerj, em parceria com a Escola do Legislativo (Elerj) e o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ) está criando um programa de educação financeira. A primeira atividade foi uma palestra com o professor da UFRJ Luiz Antonio Leal, na quinta-feira (14/04). "A educação financeira é um processo demorado, não acontece de uma hora para outra. É preciso querer", afirmou o professor, que abordou temas como endividamento; investimentos, compras, aposentadoria e seguros. A especialista legislativa Kathy Almeida aprovou a iniciativa. "Espero a continuidade do curso. Preciso muito começar a me planejar, essa é uma ótima oportunidade", disse.



Expediente



Presidente - Jorge Picciani

1º Vice-presidente - Wagner Montes
2º Vice-presidente - André Ceciliano
3º Vice-presidente - Marcus Vinicius
4º Vice-presidente - Carlos Macedo
1º Secretário - Geraldo Pudim
2º Secretário - Samuel Malafaia
3º Secretário - Fábio Silva
4º Secretário - Pedro Augusto
1º Suplente - Zito
2º Suplente - Bebeto
3º Suplente - Renato Cozzolino
4º Suplente - Márcio Canella

JORNAL DA ALERJ

Publicação quinzenal da Subdiretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Jornalista responsável: Daniella Sholl (MTB 3847)

Editora: Mirella D'Elia
Coordenação: André Coelho e Jorge Ramos

Equipe: Buanna Rosa, Camilla Pontes, Isabela Cabral, Symone Munay, Tainah Vieira, Thamara Laila, Thiago Lontra e Vanessa

Schumacker, Marcela Rangel (colaborou).

Editor de Arte: Rodrigo Cortez

Editor de Fotografia: Rafael Wallace

Secretária da Redação: Regina Torres

Estagiários: Andressa Garcez (publicidade), Felipe Teixeira, Gabriel Deslandes, Gustavo Natario, Lucas Moritz, Octacilio Farah (foto), Paulo Corrêa (publicidade), Rayza Hannah (publicidade), Vitor Soares (foto).

Impressão: Imprensa Oficial

Tiragem: 2 mil exemplares

Telefones: (21) 2588-1404 / 1383

Rua Primeiro de Março s/nº, sala 406

Palácio Tiradentes - Centro

Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.010-090

Email: dcs@alerj.rj.gov.br

Site: www.alerj.rj.gov.br

www.twitter.com/alerj

www.facebook.com/assembleiarj

Instagram: @instalerj

Capa: Octacilio Barbosa (foto)



HOMEM QUE ANDAR EM VAGÃO FEMININO SERÁ MULTADO

Uma década após aprovação de lei que assegura espaço para mulheres no transporte público, Alerj atualiza norma, que será regulamentada

VANESSA SCHUMACKER, THAMARA LAILA E BUANNA ROSA

A Lei 4.733/06, que criou vagões exclusivamente para o público feminino nos trens e no metrô nos horários de maior movimento - das 6h às 9h e das 17h às 20h - nos dias úteis, completou dez anos e foi atualizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Agora, os homens que desrespeitarem a norma e entrarem no vagão destinado às mulheres poderão ser multados com valores que vão de R\$ 173 a R\$ 1.090. A punição será aplicada caso o infrator, após advertência, se recusar a deixar o local. O indivíduo que persistir no descumprimento da regra também pode ser conduzido à delegacia de polícia. A cobrança da multa e a forma como será feita a fiscalização ainda precisam de regulamentação por decreto do Poder Executivo.

Autores do projeto, o presidente da Alerj, deputado Jorge

Picciani (PMDB) e a deputada Martha Rocha (PDT) explicam que a multa é necessária porque muitos homens ainda desrespeitam a lei e utilizam os vagões. "A proposta é um novo olhar da lei, porque a mídia nos mostrou a necessidade de atualização. A primeira medida era educativa, mas, com o desrespeito constante por parte dos homens, a norma se tornará punitiva, inclusive para a concessionária que não ajudar no seu cumprimento", disse Martha Rocha.

Picciani lembrou que as concessionárias terão ainda que fazer campanhas educativas e identificar os infratores sempre que possível. "Em caso de descumprimento, também as empresas poderão ser punidas e a punição vai de advertência por escrito a multa de R\$ 30 mil", frisou o parlamentar. Segundo a secretaria de Estado de Transportes, a regulamentação está sendo elaborada em conjunto



Plataforma do metrô do Rio de Janeiro: em caso de descumprimento da lei, empresas também poderão ser punidas

pelos representantes da secretaria, das concessionárias e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado (Agetransp), ainda sem data prevista para o término. A assessoria do Metrô Rio informou que em todas as estações dois agentes ficam circulando nas plataformas para garantir que a lei seja cumprida.

Usuárias elogiam cobrança de multa

A auxiliar de limpeza Sandra Carvalho, de 58 anos, mora em Deodoro, na Zona Oeste da cidade e trabalha no Centro. Todos os dias ela sai de casa às 6h, pega um trem até a Central do Brasil e, de lá, o metrô até a estação da Cinelândia. Em meio ao trajeto, de quase três horas, ela corre para tentar encontrar vaga e um espaço seguro dentro dos vagões. "Utilizo sempre o vagão feminino e nunca aconteceu nenhum abuso por parte de um homem, mas já vi acontecer com colegas minhas. Agora, com a cobrança da multa será ainda melhor, espero que todos os homens respeitem", afirmou Sandra.

Segundo ela, as mulheres mais jovens são as que mais sofrem com esse tipo de assédio. "Já ouvi muitas histórias de mulheres que passaram por esse tipo de constrangimento no transporte público, não só no metrô, mas em ônibus também", contou. Para a engenheira, Mariana Pereira, de 30 anos, quem descumpra a lei tem que ser multado. "Quando dói no bolso a lei se torna ainda mais eficiente. É triste pensar que é preciso multar para que homens respeitem as

mulheres", declarou.

Várias mulheres são assediadas diariamente nos transportes públicos. A estudante F.R., de 26 anos, que prefere não ser identificada, já foi vítima. "Entrei no metrô na estação Maracanã, por volta das 16h de uma quinta-feira. O vagão estava cheio e logo senti que um cara estava muito próximo de mim. Tentei dar um passo pra frente mas ele acompanhou, e continuou encostando. Tentei empurrá-lo, ir para outro lugar, mas não conseguia, porque o vagão estava muito cheio. Ele continuou ali, se esfregando em mim. Foi muito tenso, nunca me senti tão mal. Desci em uma estação que não era a minha de tanto desespero. Ainda bem que ele não veio atrás. Mulher nenhuma merece passar por isso", relatou a estudante.

Homens se defendem

A maioria dos homens concorda que a lei precisa ser respeitada. Esse é o caso do mestre de obras, João Ricardo, de 58 anos. Segundo ele, muitas vezes segue no vagão feminino do trem para não chegar atrasado ao trabalho. "Preciso fazer baldeação. Pego o trem em uma estação e, quando desço na outra, dou de cara com o vagão feminino. Não há sinalização, nem uma regra para onde estará o vagão feminino. O vagão feminino é uma conquista, respeito muito, porém tem dias que ou eu entro no vagão ou chego atrasado no trabalho e sou descontentado. O trem não é como o metrô, não tem de dez em dez minutos. Sempre demora muito. A Supervia precisa rever urgentemente toda a sua estrutura, para que a lei seja cumprida", disse João.

Supervia: desrespeito diário

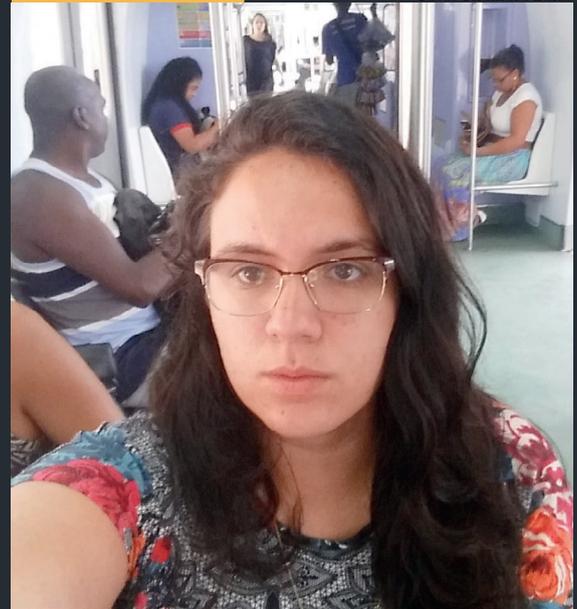
Nas plataformas de trens da Supervia, o cumprimento da lei é ainda mais prejudicado. Não existe sinalização no chão, bem como nas estações do metrô, e, devido à superlotação, os homens não respeitam a norma

Fotos: Thamara Laila



Depoimento

Foto: Thamara Laila



Thamara Laila, de 24 anos, é analista de comunicação da Alerj e moradora de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense

"No trem, é muito mais difícil usar o vagão feminino do que no metrô. No metrô, você chega em qualquer estação e já vê, no chão da plataforma, a faixa que sinaliza que ali vai parar o vagão destinado às mulheres. No trem, não temos isso. Sou usuária do ramal Saracuruna. Nele, preciso fazer baldeação na Estação de Gramacho e, nem sempre, o vagão feminino que pego na estação da minha casa, em Jardim Primavera, está na mesma direção que o trem que embarco para vir até a Central do Brasil. É um problema de estrutura da Supervia. Sempre tem homem no vagão feminino do trem, isso é normal. Por mais que as mulheres reclamem, eles não saem. As pessoas não respeitam e não existe uma fiscalização ativa. Só vemos guardas da concessionária nas estações mais perto do Centro do Rio. Canso de presenciar discussões e os homens sempre se acham no direito de estar ali. É normal ouvir "mas ele só fez isso porque não tinha espaço", "ele não tem culpa", "ele fez isso porque ela está com roupa de ginástica". No fim, é sempre culpa da mulher. Me sinto humilhada todos os dias, tanto pela falta de estrutura do transporte quanto pelas barbaridades que ainda temos que ouvir. O problema vai muito além da conscientização. Não basta criar a lei, as pessoas estão desacreditadas, precisamos de respeito, de uma fiscalização eficaz, que realmente faça a diferença. E não só em algumas estações mais lotadas, mas em todas."

FELIPE TEIXEIRA E GABRIEL DESLANDES

Direção acessível

Lei obriga autoescolas a contratar tradutores de libras para aulas com deficientes auditivos

Todas os centros de formação de condutores do estado do Rio devem ter um intérprete de libras durante as aulas teóricas com alunos surdos, sem que nenhum custo financeiro adicional seja cobrado deles. A determinação vem da Lei 7.219/16, de autoria do deputado Samuel Malafaia (DEM). Para o parlamentar, a direção de veículos é uma atividade básica da vida moderna e os surdos devem ser incentivados a tirar suas carteiras nacionais de habilitação (CNHs): "Existem aproximadamente 540 mil pessoas com surdez no estado do Rio, que infelizmente ficam à margem de benefícios oferecidos a pessoas com



Sem custo: Djenane Alves (esq.) tem aulas teóricas com intérprete de Libras: "Vou poder dirigir para onde quiser".

deficiência. Esta lei vai facilitar a obtenção das CNHs e a inclusão dessas pessoas”, afirmou Malafaia.

A medida também é vista de forma positiva pelo diretor-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Marcelo Cavalcanti, que ressalta o caráter inclusivo da legislação: “A lei deverá contribuir para assegurar a acessibilidade da pessoa surda no processo de habilitação, equiparando suas condições as dos ouvintes e, desta forma, permitindo a mais essa parcela da população a garantia de seus direitos e da autonomia em seu cotidiano.”

Segundo Marcelo, o INES e o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ) já fizeram

uma parceria para tornar o site do Departamento mais acessível aos deficientes auditivos. “Na época, a partir deste contato, todas as simulações das provas disponibilizadas pelo site do Detran foram gravadas também em língua brasileira de sinais”, disse o diretor.

De acordo com o Detran-RJ, há 985 condutores totalmente surdos e 5.623 com deficiência parcial em todo o estado do Rio. O Instituto informou que a lei ampliará outros projetos de acessibilidade social já em vigor no estado, como a Escola Pública de Trânsito, na Lapa, pioneira em oferecer cursos teóricos para surdos. Uma das próximas novidades é o exame teórico traduzido

em vídeo para a linguagem de sinais. Hoje, a prova teórica é oferecida apenas com o auxílio de intérpretes em libras no edifício-sede do Detran-RJ, no Centro, e no posto do Largo do Machado, ambos na capital.

O Detran-RJ também está ampliando este serviço para que todo o processo para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação seja oferecido em libras, desde o curso teórico até às provas práticas, como determina a Resolução 558/2015, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Em nota, o Detran-RJ ressaltou que a nova legislação e as propostas da instituição democratizarão ainda mais o acesso ao ensino de direção.

Fotos: Rafael Wallace

Exemplo a ser seguido



“Quem não é visto, não é lembrado.” A frase é da pedagoga e intérprete de libras Leda Vieira que, desde 2007, também é instrutora de autoescola e dá aulas teóricas sobre legislação no trânsito a alunos surdos. Após iniciar um projeto de aulas para surdos no Detran-RJ, Leda foi contratada por Rafael Conceição, proprietário da Autoescola Dirija, na Penha, para ensinar a teoria do trânsito a quem não ouve. O estabelecimento, inaugurado em 2012, é o único do estado do Rio a oferecer turmas de aulas teóricas exclusivas para surdos. Segundo

Rafael, a iniciativa não gera lucro: “A procura ainda é baixa, mas os que se matriculam aqui sentem-se contemplados e têm uma incrível força de vontade”, disse o proprietário.

É o caso de Djenane Alves Alcântara, de 37 anos, que se desloca de Niterói até a Penha para assistir às aulas da professora Leda. Djenane afirma que já tentou aulas em outras autoescolas mais próximas de sua casa, mas não se sentiu à vontade.

“Quero comprar meu próprio carro e dirigir para onde quiser”, disse ela, em uma entrevista traduzida em libras pela professora.



Lei estadual garante realização de feiras de food trucks; veículos serão fiscalizados

BUANNA ROSA

Com dinheiro guardado e vontade de empreender, o estudante Vinícius Andrade, de 19 anos, decidiu investir em uma opção que cresce no Rio: os food trucks - veículos que vendem comidas e bebidas. Quem vê os automóveis personalizados pela cidade não imagina a dificuldade que é colocar o negócio na rua. Apenas no Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes (SindRio), já estão associados 23 veículos com essa função. "Eu abri o Quality Truck, especializado em batata frita, há quatro meses e já tenho licença para expor em feiras, mas elas não acontecem com a frequência que deveriam, se houvesse um apoio maior eu conseguiria expandir o meu negócio como desejo", afirma o empreendedor.

Vinícius sempre teve vontade de abrir um restaurante, mas o custo alto para o investimento inicial e a crise econômica fizeram com que ele optasse pelo caminho alternativo e comprou um food truck. Segundo o estudante, a economia foi de 40%. O caminhão lhe custou R\$ 80 mil, se

abrisse um restaurante em um ponto fixo iria precisar de um investimento inicial de R\$ 200 mil. "A questão financeira influenciou muito nessa decisão, mas não imaginei que os lucros viessem tão rápidos. Em quatro meses já consegui ser ressarcido", contou. Em um dia de evento, Vinícius recebe em média 200 clientes. "Em um mês consigo ter uma renda líquida de R\$ 5 mil".

Entraves como esses motivaram os deputados Tiago Mohamed (PMDB) e Waldeck Carneiro (PT) a criar a Lei 7252/16, sancionada pelo governador na quarta-feira (06/04), que incentiva a realização de feiras gastronômicas para food trucks em todo o estado. A iniciativa propõe a criação de um calendário fixo, válido para todas as cidades. Um fim de semana de cada mês poderá ser dedicado à atividade. Todos os veículos participantes deverão ter o certificado da vigilância sanitária e um laudo emitido por um engenheiro de segurança, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia (Crea-RJ).

Essa é a primeira regulamentação criada no Estado que atende aos food trucks, afirmou Waldeck. "Reconhecer a importância dessa atividade econômica, que tem envolvido muitos jovens, é fundamental. Dessa forma, criamos um disciplinamento para que eles funcionem", afirmou o petista. A norma também vai facilitar a divulgação desses empreendimentos no interior do estado. "Teremos a possibilidade de levar para as cidades do interior essas feiras gastronômicas com apoio dos governos estaduais e municipais", afirmou Mohamed.



Iniciativa propõe criação de calendário fixo, válido para todas as cidades, com um fim de semana dedicado à atividade

Para realizar uma feira

Desde janeiro de 2016, os sócios Renata Antonelli, de 42 anos, Claudio Vieira (48) e Rodrigo Matos (33), decidiram investir nos food trucks. Em vez de comprar um carro, criaram o evento Confraria dos Barbas, uma feira itinerante para esses veículos, que segue para a terceira edição. A última feira realizada pelo grupo, em março, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio, contou com 60 expositores com caminhões, bicicletas, kombis e barracas. Os organizadores cobram uma taxa diária para cada expositor que pode variar em torno de R\$ 400 dependendo do modelo e do evento.

Segundo Rodrigo, apesar do lucro e do sucesso nas feiras, a burocracia para realizar um evento desse porte é grande e faz com que muitos organizadores desistam de investir no mercado. É preciso apresentar uma planta baixa da estrutura da feira, ter um alvará de liberação da Prefeitura, autorização dos Bombeiros, da Cet-Rio, da Polícia Militar e das

associações de moradores da região, além do gasto, que pode ficar em torno de R\$ 80 mil por evento. "Essa lei vai facilitar muito a realização dessas feiras. A nossa principal dificuldade hoje são com os moradores. Em alguns casos eles não autorizam a realização do evento. Mas agora teremos esse direito assegurado por lei", explicou Renata. "O logradouro público não pertence a uma pessoa só, pertence a todos, mas é preciso que o ente público discipline e organize a ocupação desses espaços e o nosso projeto propõe isso", explicou Waldeck.

Segundo Cláudio, pelas dificuldades encontradas ao montar o evento na rua, muitas feiras são realizadas em estabelecimentos privados, como estacionamentos de shoppings e mercados. "Esses locais já tem alvará para trabalhar com alimentos, por isso se tornou uma forma fácil e comum para expor, mas isso representa um retrocesso para o movimento do food truck, que foi criado para ficar na rua, criando novos ambientes na cidade.



Bom negócio em época de crise

A crise de 2008, nos Estados Unidos, derrubou a economia americana e levou junto muitos restaurantes tradicionais. Quando os EUA começaram a se recuperar, alguns empreendedores tiveram a ideia de levar comida de qualidade para a rua, investindo pouco. Outra vantagem dos carrinhos e trailers era a possibilidade de mudar de lugar de acordo com a demanda da população. Pronto, estava aí a solução. Essa coisa meio amadora, dos carrinhos de comida, foi incorporada ao conceito e os donos de food trucks resolveram incrementar o cardápio, com itens gourmet. A moda chegou ao Brasil em 2012, quando os primeiros surgiram em São Paulo, contextualizou Rodrigo Matos, da Confraria dos Barbas. "Agora, os food trucks já fazem parte do roteiro turístico das grandes cidades e está chegando com força no Rio de Janeiro, ainda mais em época de crise", afirmou.

COLUNA

UM PALÁCIO DE HISTÓRIAS

Foto: Divulgação



Romanos ou fascistas?

SYMONE MUNAY

Os 17 postes de bronze que circundam o Palácio Tiradentes já deram o que falar. Recentemente, a imprensa carioca questionou sua origem e atribuiu a eles a presença de símbolos do fascismo, como o feixe de madeira, envolvendo uma machadinha, com uma águia no topo. A mesma dúvida surgiu nas galerias do plenário, onde a mesma imagem aparece em desenhos. "Feixe é a unidade do povo, sua força. A machada é o propósito, a república. A força do povo e seu o poder estão ali representados", diz o historiador Gilberto Catão.

Especulou-se até que os postes teriam sido presente do líder do Partido Nacional Fascista, o italiano Benito Mussolini ao presidente Getúlio Vargas. Priscila Moita, que trabalha na visitação guiada do Tiradentes, diz que o estilo eclético tem influência da Roma Antiga. "O machado simboliza a maneira como era aplicada a lei à época. Tudo indica que, mais tarde, o fascismo viria a se apropriar desse símbolo."

que o prédio é anterior ao governo de Getúlio Vargas, que só assumiu o poder em 1930, sendo o prédio de 1926.

Logo, o uso nos postes que rodeiam o Tiradentes mostra que é uma casa das leis. A mesma ilustração se repete em frente à escadaria, no piso de pedras portuguesas da Rua Primeiro de Março.

ANIVERSÁRIO

Tiradentes aos 90

Foto: Rafael Wallace



Inaugurado em 1926, Palácio Tiradentes já recebeu mais de 500 mil visitantes

Com roteiro de Milton Teixeira, peça contará parte da história política do país

DA REDAÇÃO

Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o Palácio Tiradentes completa 90 anos em 6 de maio de 2016. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o prédio, inspirado no Grand Palais de Paris, projetado pelos arquitetos Arquimedes Memória e Francisque Couchet, destaca-se por ser não apenas uma casa de leis, sua função primordial, mas, também, um polo irradiador de história, arte e arquitetura.

"Localizado na Praça XV, espaço reconhecidamente histórico por representar o núcleo administrativo e político do Brasil colonial e monárquico, o Palácio Tiradentes protagonizou os principais fatos políticos do país. O seu legado é de lutas ao lado do povo em prol da soberania e democracia. Além de sediar o Legislativo fluminense, insere-se, através da sua arquitetura, no rico conjunto de patrimônios históricos do nosso estado", ressalta o historiador e professor Gilberto Catão, que coordena a exposição permanente do Palácio

Tiradentes há 15 anos.

Marca

Para celebrar a data, os Correios vão lançar um selo especial, que reproduz a marca criada especialmente para a ocasião. Também foram programados diversos eventos abertos ao público. Um deles é a encenação da peça *Tiradentes, um Palácio de Histórias* no plenário da Alerj, com apresentações nos dias 5, 6 e 7 de maio. O roteiro é do historiador Milton Teixeira. A peça conta, de forma bem-humorada e atual, parte da história política do país. A entrada é gratuita.

Estão previstas ações como a apresentação da Orquestra Sinfônica de Barra Mansa e de músicos internacionais, dentro do Rio Harp Festival, o maior festival de harpas do mundo. Um calhambeque vai rodar pelo Centro.

Museu vivo

Encravado no corredor cultural do Centro do Rio, repleto de obras de arte, o Palácio Tiradentes abriga um crescente número de eventos culturais gratuitos. Sua riqueza histórica e arquitetônica já atraiu mais de 500 mil visitantes, entre brasileiros e estrangeiros, desde a inauguração de sua exposição permanente, em 2001. Em 2015, 46.247 pessoas percorreram os corredores do Palácio Tiradentes - um recorde.

No tempo do cliente

Foto: Thiago Lontra



Em datas festivas, como Natal e Dias das Mães, aumenta número de consumidores que reclamam de entraves

Lojas e estabelecimentos comerciais não podem mais impor restrições a clientes para trocas de produtos

CAMILLA PONTES E SYMONE MUNAY

Só fazemos trocas de segunda a sexta. Frases como essas vão ficar no passado. Lojas e demais estabelecimentos comerciais do estado estão proibidos de impor restrições para a troca de produtos. O transtorno de muita gente que recebe presente, mas por algum motivo quer trocá-lo já pode ser amenizado. Pelo menos é o que determina a Lei 7.229/16, do deputado Átila Nunes (PMDB), que garante que as trocas de produtos poderão ocorrer, a qualquer momento, dentro dos dias e horários de funcionamento das lojas, e conseqüentemente, de acordo com a disponibilidade do cliente e não do local de compra. "Principalmente nas datas festivas, como Natal e Dia das Mães, aumenta

o número de consumidores que reclamam porque foram cerceados para realizar a troca do presente. Algumas lojas criam obstáculos, quase que punindo o consumidor, que está dentro do seu direito de garantia à troca de produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Os lojistas às vezes estabelecem uma burocracia interna desnecessária, fazendo com que a pessoa desista de fazer a troca", afirmou o deputado.

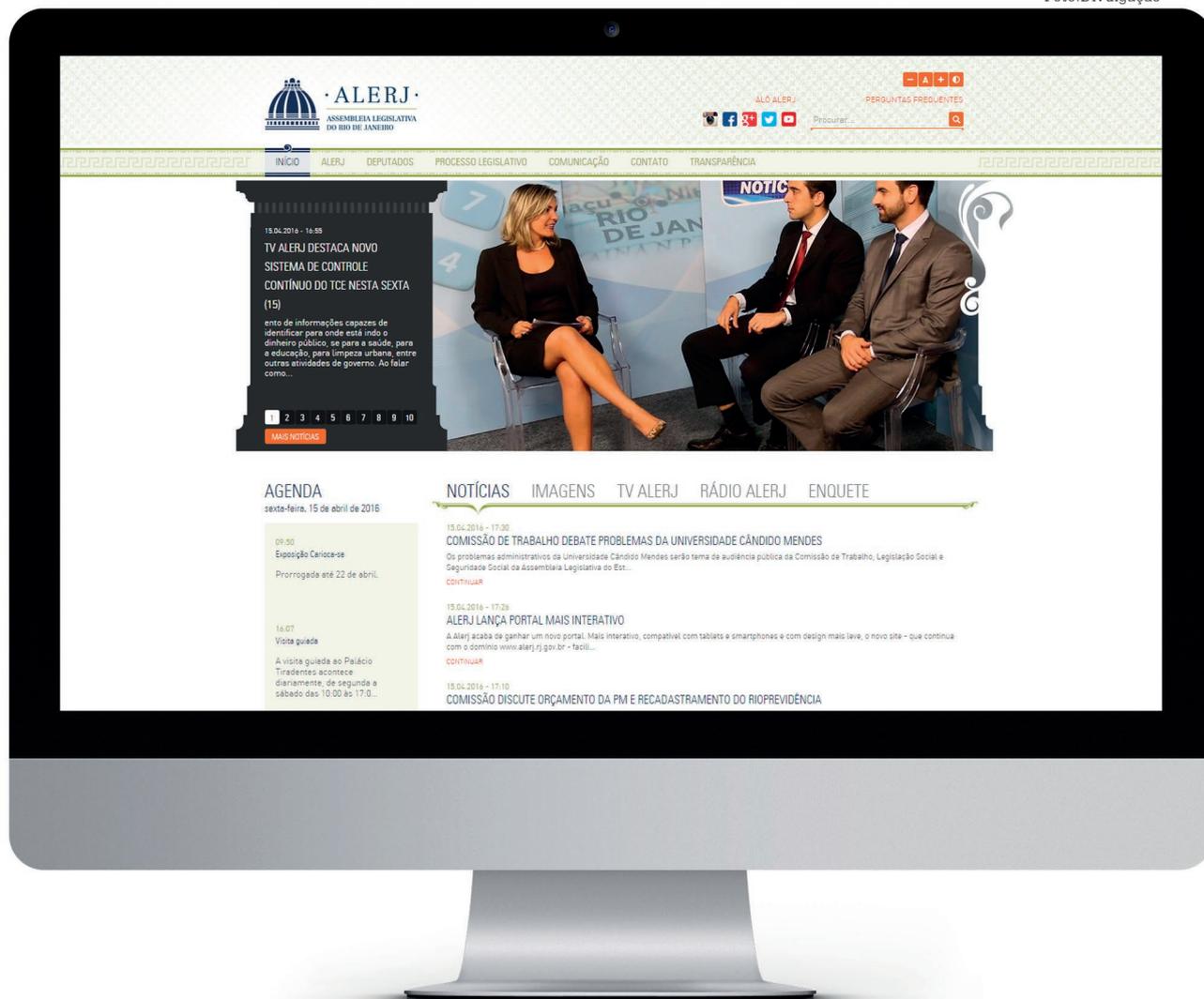
A pedagoga Suzana Kindlovits conta que constantemente retorna às lojas, seja para trocar uma roupa que ganhou ou para trocar o sapato que ela mesma comprou. Ela disse que, no mês passado, deixou de fazer a troca de um vestido por ter ido à loja num domingo. "Não quiseram fazer a troca mesmo com a loja sem movimento. Fui obrigada a voltar no meio da semana. As vendedoras sempre pedem para não fazer a troca nos fins de semana e feriados, mas é quando tenho tempo. Agora, certamente não vou ter mais esse problema", comemora.

Mais divulgação sobre direito à troca



No caso das mercadorias com defeito, as trocas deverão ser feitas na forma e nos prazos firmados pelo artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor. São 30 dias, em se tratando de fornecimento de serviço e de produto não-duráveis e 90 dias, para fornecimento de serviço e de produto duráveis.

Recentemente, foi aprovado o projeto de lei 343/15, do deputado Dr. Sadinoel (PMB), que determina que os estabelecimentos informem a garantia de legal de seus produtos. Pela proposta, os lembretes deverão ser fixados em pontos de fácil visualização, sob pena de multa. O projeto de lei ainda precisa ser sancionado.



Alerj lança portal interativo

Site é compatível com tablets e smartphones e facilita acesso a informações

MARCELA RANGEL

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) acaba de ganhar um novo portal. Mais interativo, compatível com tablets e smartphones e com design mais leve, o novo site - que continua com o domínio www.alerj.rj.gov.br - facilita o acesso do cidadão às informações sobre as atividades do parlamento. Uma das melhorias é a forma como os dados estão dispostos na tela, de forma mais ordenada, proporcionando ao usuário uma navegação mais intuitiva.

No novo site, desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comu-

niciação do Estado (Proderj), o cidadão encontra informações sobre todas as atividades parlamentares, como a ordem do dia, Diário Oficial, comissões, plenário e processo legislativo.

Agora, cada deputado poderá receber mensagens por meio da Linha Direta, um canal de comunicação com os parlamentares.

Para o diretor de Informática da Alerj, Adolpho Konder, um dos responsáveis pelo projeto, a novidade é um avanço importante para a Assembleia. "Uma casa de leis precisa dialogar com a população e dar os meios para que isso aconteça.", explica.

Deputado estadual licenciado, o secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Gustavo Tutuca, afirma que a Alerj estará bem representada no mundo virtual. "O site é um cartão de visitas para mostrar a todos a

excelência técnica do Proderj. Neste portal há transparência, serviços para a população, notícias e imagens" afirmou.

Presidente do Proderj, Antonio Bastos destacou a estreita parceria com a Alerj. "É um prazer para o Proderj colaborar com mais este importante projeto e com mais essa visão de modernidade do Estado", ressaltou.

Acessibilidade

Com a opção de aumentar o tamanho das letras e um design mais "limpo", que facilita o acesso a deficientes visuais por meio de softwares leitores de tela, o portal também está mais acessível. Deficiente visual, o servidor Eduardo Nogueira aprovou a nova versão. "A tela está menos poluída e a divisão das informações mais organizada. Consigo encontrar com mais facilidade o que procuro", diz.